

ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica o fato de as eleições acontecerem de dois em dois anos.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao sonho da casa própria.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Defende Projeto de Lei n. 0423.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se a respeito de correspondência recebida do sr. Henrique Rumpf.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se à cassação do mandato de deputado de Paulo Stuart Wright.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Solidariza-se com a deputada Angela Albino.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refere-se às necessidades de Blumenau.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à cassação do mandato de deputado de Paulo Stuart Wright.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Defende o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Presta esclarecimentos a respeito do projeto em homenagem ao ex-deputado Paulo Stuart Wright.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de saudar todos os srs. deputados no retorno desse pequeno recesso, que não significa, ao contrário do que pensam alguns, férias, mas sim muito trabalho, tendo em vista às eleições que se aproximam. E por falar em eleições, considero um fator que dificulta muito o trabalho do parlamentar as eleições acontecerem de dois em dois anos. É impossível organizar um trabalho produtivo dentro desse período. Mas precisamos ter coragem, porque é uma situação crítica eleições de dois em dois anos e é um custo para o Brasil. Não se consegue se organizar; saímos de uma e começamos outra.

Agora, termina a eleição de 2012, passa 2013 e em 2014 começa novamente outra eleição. É preciso, sim, chamar a atenção dos parlamentos brasileiros

para tomarem algumas medidas, fazer movimentos pelas Assembleias Legislativas para que tenhamos eleição de quatro em quatro anos de presidente a vereador. Se demorar dois anos ainda é ganho para a sociedade e é preciso pensar muito nisso.

Houve uma mudança na década de 70, uma composição no Congresso Nacional, e agora mudou para poder se beneficiar das eleições sem perder o mandato, ou seja, se disputar a eleição e não ganhar, pode voltar, mas se for uma eleição casada, tem que esperar mais quatro anos.

É preciso que o país não pague mais essa conta. Estamos com coragem para levantar essa questão, pois ela é fundamental para o país.

Sr. presidente, amanhã estarei em Brasília para discutir com o ministério dos Transportes e o DNIT a questão dos gargalos da BR-101 e da BR-285 que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina.

Faltam somente 22 quilômetros, na serra da Roçinha, em Timbé. Além disso, há quatro anos que se aguarda a licença ambiental. Parece-me que o Ibama há 15 dias esteve visitando a serra da Roçinha e a serra do Faxinal e vai liberar a licença.

Estaremos com o deputado Ronaldo Benedet, que marcou a reunião, e o deputado Edinho Bez. Seguiremos muito cedo para tratar desse tema importante para o sul do estado, ou seja, trataremos da conclusão dos gargalos, os lotes 26 e 29, para que tenhamos uma definição em relação à BR-101, que se arrasta há mais de dez anos.

Quanto à questão da BR-285 que na minha concepção é fundamental, trabalho há 29 anos nessa obra. Ainda bem que o eleitor nos elege há vários mandatos, meu caro presidente, para podermos manter, defender e buscar as alternativas que são fundamentais para a região sul.

Então, nessa viagem trataremos não só desse tema. Encontraremos também o ministro da Agricultura. E como presidente da comissão da Agricultura e Política Rural discutirei a questão

do fumo no Brasil e defenderei Santa Catarina, pois é primordial para a região sul do estado, uma vez que o agricultor que possui menos de dez hectares não sobrevive com a agricultura a não ser no cultivo do fumo.

Assim, temos que defender a manutenção dessas pessoas no campo para continuar produzindo, trabalhando, dando estudo a seus filhos. Temos que buscar alternativas e não só dizer para fechar. Para onde essas pessoas irão? Vender os terrenos, vir para a cidade atrás de emprego, com mão-de-obra totalmente desqualificada, deixando de produzir, inchando os grandes centros e com dificuldade cada vez maior?

Então, é preciso, sim, termos muita responsabilidade, porque 95% do fumo produzido no Brasil são consumidos em outros países, Europa, China, ou seja, para o mundo inteiro. E para nós ficam os recursos, os dólares, os reais. O fumo produzido em Santa Catarina é vendido para mais de 200 países, porque é considerado um dos melhores do mundo.

Assim, vamos amanhã defender e muito. Eu não fumo, mas defendo o fumicultor, defendo a produção, defendo o trabalho, defendo a manutenção das pessoas que sobrevivem a trancos e barrancos, mas sobrevivem. Têm sua casa, seu carrinho, seus filhos estudando. E esses produtores que possuem poucos hectares não sobrevivem sem a alternativa do plantio de fumo. Se saírem do interior, deixarem de produzir e virem para os grandes centros, eles terão problemas. Então, temos a obrigação de defender uma categoria importante e fundamental para o país.

Dizem que o fumo mata, mas e o álcool, a cachaça que mata a família? Então, vamos acabar com as bebidas, com o álcool. Aí, sou extremamente favorável. Como a bebida, o álcool deixa muitos recursos para o país, ninguém quer se meter, pois o governo precisa de recursos. Mas devemos ter mais responsabilidade e não fazer demagogia barata.

Tenho 30 anos de vida pública e trabalho com seriedade, responsabilidade e lealdade para com o

povo do meu estado e da minha região. Por isso, de cabeça erguida posso discutir essas questões que são importantes e fundamentais. Sempre ajudei os parlamentares, quando as obras eram importantes para as regiões. Eu preciso contar agora com o Parlamento, com relação à obra mais importante do sul do estado, a Interpraias.

Hoje foi praticamente definido. O país abriu as portas para Santa Catarina, através de um empréstimo. Estamos lutando para enquadrá-lo, e o secretário de estado da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, tem tudo praticamente mapeado. Agora, é preciso muito apoio deste Parlamento para que a obra mais importante saia do papel e vá para a prática. Até porque se trata de um recurso que precisará ser pago. Então, deve-se investir onde haja retorno. E a Interpraias trará retorno imediato. É um investimento a toda prova na região sul do estado, que vai integrar Passo de Torres, Balneário Gaivotas, Balneário Arroio do Silva, Morro dos Conventos, a praia mais linda de Santa Catarina, Balneário Rincão, Jaguaruna e outros grandes balneários. Ali teremos um aeroporto inaugurado nos próximos dias.

Laguna, cidade de Anita Garibaldi, vai receber dez mil, 15 mil veículos por dia. Teremos o resgate dessa cidade histórica. A primeira etapa será até Laguna e a segunda etapa virá até Garopaba. Queremos trabalhar para que a Interpraias chegue até Camboriú, colocando o tráfego por fora da BR-101.

Demorou muito a duplicação da BR-101 que, no momento em que se termina essa obra, já é preciso repensar a questão, pois as pistas já estão lotadas, os acidentes continuam, porque há veículos demais.

Precisamos já buscar alternativas, e a Interpraias vai ajudar no sentido de tirar o carro leve da BR-101 e mostrar um potencial turístico sem limite que o estado tem. É um trabalho importante e muito arrojado, mas precisamos que haja o respaldo dos parlamentares. Somos oito parlamentares do sul do estado, 20% do Parlamento, e sabemos que podemos contar com o apoio de todos

para buscar obras que sejam fundamentais para desenvolver aquela região.

Quero com o mesmo espírito dizer que todos os projetos dentro dos recursos que temos para investir sejam feitos na região serrana.

Também levarei todo o apoio, toda a solidariedade, porque é uma região esmagada, uma região pobre, uma região que precisa se recuperar, como a minha. São as duas regiões que precisam de investimento do estado e precisam de retorno imediato, porque essa integração dos balneários terá muitos investimentos de condomínios, pois no Rio Grande do Sul, na estrada do Mar, já houve muitos investimentos.

Por isso, reiniciando os trabalhos quero deixar registrado aquilo que é fundamental para o desenvolvimento da nossa região do sul do estado: muita ação para sairmos de uma região pobre para uma região de equilíbrio, uma região respeitada. É por isso que lutamos em defesa da região sul e região serrana para ocorrer esse equilíbrio em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, trago para esta tribuna a preocupação de um conjunto de famílias que ansiosamente aguardam poder realizar o sonho da casa própria.

Temos o Programa Minha Casa, Minha Vida que está proporcionando a milhares e milhões de brasileiros atingirem esse sonho da casa própria. Digo isso porque no município de Concórdia esse programa está sendo utilizado pelos moradores, pelos habitantes, para a realização desse sonho. E um deles está situado no conjunto habitacional Frei Lency, que, como prefeito da cidade, tive a

honra de iniciar. E as primeiras famílias que lá foram residir foram as famílias que viviam nas margens da BR-153, efetivamente às margens e marginalizados, em função da degradante situação de moradias que tinham. E esse conjunto habitacional proporcionou moradia digna a essas pessoas.

Agora, mais 205 unidades habitacionais foram construídas, ruas pavimentadas, casas prontas; há meses que essas estão casas prontas. E essas pessoas não conseguem residir, porque a burocracia não deixa que a rede de água seja estabelecida.

Até pedimos que haja o quanto antes uma vistoria. E parece que na semana passada esteve lá a pessoa encarregada, mas não teria feito.

Não quero fazer nenhum tipo de insinuação aqui. Em função até do período eleitoral, quero me ater apenas e estritamente ao sonho dessas 205 famílias. Por isso, fiz inclusive uma indicação nesta Casa, e faço um apelo da tribuna atendendo não apenas aos pedidos das lideranças municipais, da administração municipal, mas em nome do sonho dessas 205 famílias que não têm esta tribuna para se manifestar e que esperam ansiosamente poder residir nessas casas, enfim, peço encarecidamente que a Fatma possa providenciar a autorização de que necessita, segundo a Casan, para fazer a rede de água, que é a supressão de uma vegetação. Até já existe o processo em andamento, apenas falta fazer a vistoria.

Assim, dirijo esse apelo ao presidente, sendo que fiz isso pelo sonho dessas 205 famílias que querem ocupar essas moradias. Elas têm participação financeira para isso acontecer e precisam urgentemente que essa água seja instalada em suas casas no referido loteamento.

É importante o debate de problemas municipais, mas também não podemos deixar de lembrar que teremos nesse segundo semestre muitas ações que precisam ser desenvolvidas em Santa Catarina.

E esta Casa inclusive aprovou os financiamentos no primeiro semestre de recursos oriundos do BNDES, de compensação, em especial do governo federal, em função da própria Resolução n.

72, enfim, obras definidas no nosso calendário do orçamento regionalizado, nas audiências públicas. Portanto, teremos uma série de questões importantes que precisam ser implementadas em Santa Catarina e estaremos acompanhando agora neste segundo semestre na expectativa de que obras que há muito tempo são aguardadas pelos catarinenses efetivamente sejam realizadas.

Em relação às eleições municipais, a nossa vontade é de que a população possa aproveitar bem esse momento e cobrar dos candidatos e que eles se comprometam efetivamente, de verdade, com as melhorias necessárias em cada um dos municípios catarinenses, com os avanços, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, afinal é para isso que existe o poder público.

O município é quem está mais próximo do cidadão, é aquele que pode resolver de forma mais imediata a necessidade mais urgente do dia a dia do cidadão, assim como da creche, daquela creche que a mãe precisa, do posto de saúde para as pessoas que precisam da saúde pública, da escola, da pavimentação, da estrada na área rural também.

Este é um momento grandioso para os debates das questões municipais, deputada Angela Albino, v.exa. que tem missão neste debate, na capital, como candidata. É um momento importante para os candidatos apresentarem o que querem para seus municípios, mas para a população aproveitar isso também e cobrar de seus candidatos os seus compromissos, com seriedade, com ética, com a bem condução da administração pública, porque é exatamente a partir das nossas cidades, como diz a música da sua, da minha, da nossa cidade, deputado Serafim Venzon, que conseguimos efetivamente fazer as melhorias maiores que a população necessita.

Então, temos a missão, como agentes políticos, de ajudar nesse debate, nessa discussão, no sentido de fazer com que o processo eleitoral seja de alto nível, mas principalmente propositivo para ajudar a melhorar a vida das pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dividir com v.exas. e com todos os catarinenses um momento muito importante no dia de hoje da comissão de Constituição e Justiça, quando estavam presentes os deputados Silvio Dreveck, José Nei Ascari, Romildo Titon, Dóia Guglielmi, Sargento Amauri Soares.

Relatei um projeto que já tramitava nesta Casa desde o ano passado, especificamente desde agosto e setembro do ano passado. Esse projeto necessitava de um parecer favorável para poder tramitar. É o Projeto de Lei n. 0423, que dispõe sobre o programa de incentivo à instituição de casas de passagem ao cidadão catarinense que necessita de tratamento médico-hospitalar ou de realização de exames médicos fora de seu domicílio e dá outras providências.

É importante destacar que hoje temos seis, sete grandes referências de atendimento médico: a capital, a região de Criciúma, a região norte, em Joinville, a região do vale do Itajaí, em Blumenau, a região serrana, em Lages, o oeste, em Chapecó, e o extremo oeste, em São Miguel d'Oeste.

Os pacientes transferidos para tratamento médico-hospitalar em outras cidades muitas vezes precisam esperar dois dias, três dias para obterem o resultado dos exames. Outras vezes, precisam ficar na cidade durante alguns dias para fazer o tratamento de quimioterapia, radioterapia e outros tratamentos. E essa pessoa que se desloca de uma cidade para outra precisa de apoio.

Um grande número de deputados, em outras épocas, mantinha essas casas de passagem com recursos próprios, dando apoio, sustentação a esses albergues, para que o cidadão que viesse de fora pudesse ficar aqui dois dias, três dias, inclusive com o seu acompanhante.

Geralmente esses pacientes são aqueles que têm mais dificuldade financeira, e seria praticamente inviável a eles pagar um hotel ou buscar alternativas, pois são pessoas que não têm parentes na capital, nas cidades referência.

Então, na comissão apresentei parecer favorável - e toda a comissão votou por unanimidade - ao projeto que agora vai tramitar, assunto que também já apresentei ao governador que se manifestou favorável. E conseguimos, com o apoio do setor legislativo da Casa, da comissão, encontrar um parecer favorável a esse projeto de autoria do deputado Aldo Schneider.

Na verdade, é vontade expressa de todos os parlamentares que esse projeto seja aprovado e que o governo aloque recursos para algumas instituições ou várias instituições na capital, nas cidades de referência. O governo não construiria algum albergue próprio do estado e para o estado manter, o governo daria apoio às instituições beneficentes que normalmente já fazem esse trabalho. Mas existe atualmente o grande problema de algum aporte financeiro substancial que possa dar sobrevida a essas entidades que geralmente são regidas por pessoas de boa vontade.

Quero saudar todos os deputados. Quero cumprimentar o governador pelo apoio dado para que pudéssemos mobilizar todas as boas iniciativas e com isso obter tanto o parecer favorável como também a aprovação do meu parecer na comissão. Com isso, se Deus quiser, para o próximo ano, essas instituições beneficentes terão ajuda, apoio, principalmente em benefício dos que têm maiores dificuldades financeiras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Silvio Dreveck, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Silvio Dreveck, meu grande líder, eu gostaria que no período da tarde v.exa. usasse a tribuna, pois sei que tem um assunto muito importante.

Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, mais uma vez trago a esta Casa uma informação. E acho muito importante o Parlamento catarinense divulgar quando acontece esse tipo de evento.

Portanto, passarei a ler a correspondência que recebi do sr. Henrique Rumpf.

(Passa a ler.)

"Boa-noite, deputado Reno.

Quero primeiramente agradecer por sua presença no nosso leilão e também agradecer por ter adquirido um belo animal da nossa criação.

Com relação ao leilão deste ano, fica mais fácil para o senhor fazer o pronunciamento pois estive conosco e pode presenciar a grande quantidade de pessoas que estava no evento, que pelos nossos controles passou um pouco de 800.

Foram comercializados animais das raças QUARTO DE MILHA, BRAHMAN, HOLANDESA, CHAROLESA, SIMENTAL, HEREFORD, RED ANGUS.

O valor total do leilão foi de R\$ 400.000,00. Os equinos foram comercializados em 24 parcelas, sendo 2-2-20, e os bovinos foram comercializados em 14 parcelas, sendo 2-2-10 parcelas mensais.

Os clientes que adquiriram os animais foram do estado de SC, desde o extremo oeste (Saudades) até Florianópolis. Isso mostra que o nosso pecuarista está realmente preocupado em melhorar seu plantel, adquirindo animais de genética superior.

Como a Fazenda Volta Grande zela pelos seus animais, entregou todos os animais nas propriedades dos clientes, sem custo.

A Fazenda Volta Grande trabalha com coleta de embriões de bovinos e equinos há mais de 15 anos, e a partir deste ano também está trabalhando com FIV (fecundação in vitro).

A fazenda tem como proprietário o sr. José Rumpf que neste ano completará 90 anos. É austríaco e veio para o Brasil, Treze Tílias, em 1935. Seu filho Henrique Rumpf, formado em veterinária desde 1988, trabalha na região de Água Doce, dando assistência na parte reprodutiva de bovinos e equinos, e administra sua propriedade.

Abraço.

(a) Henrique."

Faço esse registro, sr. presidente, porque isso engrandece o agronegócio em Santa Catarina. E trarei, na próxima sessão, se Deus quiser, mais alguns dados de outros leilões que aconteceram também em nossa região.

Santa Catarina, que não é formada por grandes propriedades, está mantendo hoje genética espalhando para todo o Brasil nessas raças que acabamos de ler, como a Charolês e outras raças que estão sendo difundidas em nossa região.

Estou fazendo esse registro, porque a pecuária de Santa Catarina está avançando cada vez mais, buscando melhoria dos seus plantéis, buscando genética, buscando a melhoria das pastagens nas propriedades com consorciação de leguminosas e gramíneas em campo nativo, fazendo com que cada vez mais seja melhorada a alimentação do nosso gado de corte e do gado leiteiro.

A preocupação do nosso criador hoje avança acima de outros estados, porque se há poucas terras para a criação de gado o pecuarista tem uma opção, e a opção que as grandes cabanhas encontraram, a exemplo do Henrique, foi criar gado de uma genética apurada. São melhorias de raças, são cruzados especiais. Temos PO e temos raças com cruzamentos empresariais.

Então, é um plantel que realmente satisfaz o pecuarista catarinense e paranaense; são compradores que estiveram neste domingo em Caçador. Mas trarei em outra oportunidade os resultados para mostrar como é importante Santa Catarina através do agronegócio. Não é somente suinocultura, avicultura, mas a criação de equinos, porque hoje está sendo muito bem difundida a criação de quarto de milha. Mantemos

criadores de crioulos em grande proporção em Campos Novos, Água Doce e Caçador.

Por isso é importante fazer esse registro e mostrar ao povo catarinense que nas pequenas propriedades também se criam exemplares de reprodutores para venda, como, por exemplo, vacas portadoras de embrião, machos fornecedores de sêmen e exemplares para monta natural e que, portanto, temos que nos orgulhar das nossas cabanhas que hoje mantêm esse tipo de genética em Santa Catarina.

Dessa forma, cumprimento o Henrique, o seu pai, seu José, toda sua família e equipe por essa beleza de trabalho que estão executando naquela fazenda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Passares à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0348/2012, 0353/2012, 0354/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0349/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0350/2012, 0351/2012, 0352/2012, 0353/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0731/2012 e 0736/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, 0733/2012, de autoria do deputado Valter Gallina; 0734/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; 0735/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0726/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao diretor da empresa OI S/A pedindo a adequação do quadro de funcionários e a regularização dos atendimentos solicitados pelos usuários no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0730/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis e ao superintendente da Floram, pedindo manifestação sobre o motivo da demora na convocação dos três geógrafos aprovados no concurso público referente ao edital de nº 004/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0730/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que solicita o envio de mensagem ao governador e ao secretário da Saúde, pedindo a construção de um hospital regional para atender toda a população do médio vale do Itajaí na cidade de Blumenau ou investimentos para ampliar o Hospital Regional da Furb.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a sra. Deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Bom-dia, sr. presidente, demais parlamentares, servidores desta Casa, público que nos acompanha nesta manhã, gostaria de mencionar uma decisão desta Casa. Para nossa alegria, foi vetada pelo governador Raimundo Colombo, atendendo a um apelo de diversos lugares do país, uma segunda cassação a Paulo Stuart

Wright, um homem que viveu e morreu defendendo a democracia.

Paulo Stuart Wright foi um dos desaparecidos políticos, em 1973, um homem que em 1964 teve seu mandato de deputado estadual cassado, porque adentrou a este plenário sem gravata.

Veja, sra. deputada Ana Paula Lima, nós, mulheres, em que situação estaríamos num momento como desse? Paulo Stuart Wright, um grande tribuno, um grande parlamentar, com uma grande votação, teve seu mandato cassado por esta Casa porque adentrou ao plenário sem a sua gravata! Obviamente não foi esse o motivo, mas uma pressão do regime militar, da ditadura militar, impediu a continuidade daquele mandato.

E esta parlamentar, muito modestamente, novata que sou nesta Casa, propôs com muita alegria, a pedido do meu partido lá em Piçarras, que déssemos o nome de uma pequena via estadual, que liga a BR-101 aos municípios ali da região, de Paulo Stuart Wright.

Esta Casa, que costuma fazer pedidos de nomes de ruas, prontamente aprovou este projeto que passou aqui sem problema nenhum. E qual não foi o nosso espanto que poucos meses depois esta mesma Casa cassou novamente Paulo Stuart Wright, esqueceu a sua história, traiu a sua memória e o seu compromisso com a democracia. E no momento, deputado Sargento Amauri Soares, em que por coincidência nem eu nem v.exa. estávamos em plenário, que nós dois temos compromisso com essa discussão, aprovou-se sem maiores discussões a revogação desse projeto de lei meu, já então lei, já então um nome oficial daquela via. E sabiamente o governo do estado, diferente da sua base inclusive aqui na Casa, vetou essa mudança.

Quero crer, deputado, que esse é um momento importante para fazermos uma reflexão sobre a democracia, no momento em que o país vive essa grande etapa da democracia brasileira, que são as eleições, e para que nós também lembremos o nosso passado para que ele nunca mais aconteça no futuro.

Paulo Stuart Wright deu a sua vida pela democracia, e essa é uma das falas que às vezes tangenciam em redes sociais. E parece-me tão óbvio, deputado Sargento Amauri Soares e deputada Ana Paula Lima, que nós façamos isso e que não seja nem o projeto de uma pessoa, mas que seja nosso porque entendemos o papel dele na história da democracia.

Nós vamos fazer um projeto, e será enviado à Mesa desta Casa, para revogar a cassação de Paulo Stuart Wright. A história já fez essa revogação de cassação, e nós temos o dever moral de formalizar isso. Não podemos permitir que hoje nós, que estamos aqui neste plenário, pela nossa missão, compactuemos com esse ato - e nenhum de nós estava aqui, obviamente, lá em 1964 - que cassou esse homem digno, esse parlamentar extraordinário, essa figura humana ímpar, que foi Paulo Stuart Wright.

Portanto, peço aqui, deputado Sargento Amauri Soares e deputada Ana Paula Lima, e v.exa. já me tinha dito isso - e vejo aqui o deputado Moacir Sopelsa do manda brasa, do velho MDB de guerra e que lutou contra a ditadura -, que nós possamos, juntos, revogar a cassação de Paulo Stuart Wright de duas formas: mantendo o veto do governador, mas formalizando perante a mesa um ato oficial, um ato nosso que diga que Paulo Stuart Wright foi reabilitado no seu mandato pós-morte, mas que a sua memória precisa estar viva entre nós.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada Angela Albino, e não somente no sentido de aprovar, mas no sentido de assinar junto todas as vezes que for necessário para aprovar esse projeto a que v.exa. faz referência de reabilitar Paulo Stuart Wright como deputado deste Poder Legislativo nessa homenagem pós-morte.

Sobre a questão anterior da cassação segunda de Paulo Stuart Wright no nome da rodovia a qual v.exa. se referiu, que era um projeto de sua autoria, eu queria também justificar porque eu, v.exa. e outros deputados e deputadas sofremos

críticas por termos sido em tese coniventes com aquela revogação.

O fato é que houve aqui, no meu modo de ver, um pequeno golpe, porque foi votado um projeto, e todos sabiam da sua polêmica, num dia em que não estávamos em plenário. Aliás, é claro que do ponto de vista legal não há nada a fazer, agora do ponto de vista político com certeza, se estivesse alguém aqui que pedisse a contagem de quórum, não haveria a possibilidade de ser votado. Não era o presidente que estava presidindo. V.Exa. não estava e creio que a deputada Ana Paula Lima também não. Eu fui chamado para falar com uma pessoa do lado de fora quando ainda estava no horário dos Partidos Políticos. Eis que quando voltei alguns minutos depois não somente já tinha acabado o horário dos Partidos Políticos, mas já tinha sido realizada a Ordem do Dia e já tinha sido encerrada a sessão. E eu fui verificar posteriormente.

Então, quero justificar e, como v.exa. já o fez, parabenizar, sim, o governador Raimundo Colombo por ter vetado esse projeto que foi aprovado aqui de forma ilegítima. É preciso dizer que foi aprovado de forma ilegítima, e eu vou votar favorável a esse veto do governador com todo prazer e aplauso.

Parabéns a v.exa. e muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Queremos crer, deputado Sargento Amauri Soares, que nós precisamos conversar com a base do governo para sensibilizá-la. Vejam que nós, da Oposição, estamos aqui tentando convencer os parlamentares da base a votar com o governador.

Vamos viver uma situação muito exótica nesta Casa, se tivermos a inabilidade de alguns de construir um cenário como esse.

Quero crer, como citei aqui o deputado Moacir Sopelsa como exemplo e vários outros que têm uma história de democracia, como Edison Andrino, e ocorre-me vários outros nomes, que não sejam de governo ou de Oposição, mas que seja um ato nosso, uma revisão nossa de posicionamento histórico.

O que Paulo Stuart Wright representa para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina tem muito significado, tem um significado de como vemos a história, em que lado nos colocou nesse período em que o Brasil viveu de supressão das suas liberdades democráticas, nesse período em que o Brasil viveu de silêncio, de terror, esse período que não queremos que retorne.

Para nós é muito simbólico esse papel do Paulo Stuart Wright. Claro que vamos discutir isso com a família, com a comissão da verdade; vamos discutir amplamente isso.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. tem o meu compromisso que seremos todos proponentes. Mas desejo muito mais que seja dessa forma, que esta Casa faça o projeto e que todos nós possamos subscrever a reabilitação formal desse homem que a história já reabilitou.

Quando se usou esse artifício de que ele tinha entrado aqui sem gravata para poderem cassar o seu mandato, é uma demonstração clara da incapacidade que havia de apontar qualquer coisa contra esse parlamentar. Não havia nada que o desabonasse, ao contrário, ele tinha uma história de luta, uma história de conexão com o povo simples. Ele, que era de Joaçaba, tinha em Piçarras uma comunidade pesqueira que até hoje é grata a ele, que até hoje não esqueceu esse homem fantástico que foi um dos ocupantes destas cadeiras aqui. Portanto, precisamos rever a história, porque às vezes as crises nos possibilitam rever conceitos; às vezes, as crises nos tiram a venda dos olhos.

Talvez este seja o momento de ver isso; talvez este seja o momento de esta Casa dizer que é, sim, parceira (como tenho absoluta convicção de que é) da democracia, parceira desses novos ares que vêm trazendo o Brasil para um novo tempo. Espero que esta Casa não compactue com o vulnerar da nossa memória na pessoa do Paulo Stuart Wright e de tantos outros que morreram em defesa da democracia.

Isso é preciso ser preservado, é preciso ser valorizado, e ele precisa estar num lugar que lhe

cabe na história, que é de um grande herói em defesa da democracia. E tenho convicção de que nós aqui vamos conseguir fazer esse novo momento e vamos conseguir reabilitar a memória de Paulo Stuart Wright.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, cumprimento de forma especial os funcionários desta Casa, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc. Um bom dia especial aos moradores da minha cidade e da cidade de Blumenau.

Quero me reportar a algumas questões que têm chamado a minha atenção e também a da equipe do nosso mandato em relação à minha cidade, em relação a Blumenau.

Nesta tribuna, srs. parlamentares, por diversas vezes levantei temas cobrando do governo do estado ações imediatas para a minha cidade e em Blumenau. Ações de obras viárias, obras na área da saúde, da educação, da mobilidade urbana, porque entendo que Blumenau é uma cidade importante para o estado de Santa Catarina e também para o nosso Brasil. E ela precisa, de uma vez por todas, ter o reconhecimento do governo do estado em suas ações.

Diversas vezes estivemos nesta tribuna e trouxemos temas pertinentes à nossa cidade, uma região metropolitana que através de ações do governo do estado também representa outros municípios circunvizinhos.

Essas respostas que esperávamos imediatas do governo do estado até este momento não aconteceram. A nossa população precisa e espera do governador Raimundo Colombo, que representa aqui o governo do estado de Santa Catarina, mais carinho, mais atenção.

No início de junho, srs. parlamentares, como é quase todos os anos, realizamos o Orçamento Regionalizado, em que esta Casa, juntamente com a secretaria de estado de Finanças, realizou debates

em várias regiões. E alguns desses debates ocorreram na região do médio vale do Itajaí, especificamente este ano, em junho, na cidade de Blumenau, onde diversas lideranças da sociedade civil organizada estiveram na Furb debatendo e querendo ações imediatas do governo do estado nas obras viárias e principalmente nas obras na área da Saúde.

Diante de vários representantes da nossa comunidade, comprometemo-nos como parlamentar a trazer para esta Casa, elencados durante aquela reunião, o que a população desejava, o que era necessário de investimentos na cidade de Blumenau.

São emendas que me comprometi a apresentar através da votação que ia ocorrer ainda este ano, emendas na área da saúde, na área da educação, de prevenção às cheias e aos deslizamentos na cidade de Blumenau. Eram as necessidades daquela população, e quando não ouvimos a população, erramos muito. E fiquei durante toda a tarde com diversos parlamentares, na Furb, debatendo. Na ocasião, srs. Deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital, foram levantadas necessidades de investimentos nas obras viárias, hospitalares e de combate às cheias.

Lembro que depois dessa reunião, nas entrevistas que concedi logo após esses debates, destaquei a importância de ser respeitada a opinião pública, porque as pessoas saíram das suas casas, saíram dos seus trabalhos e foram, juntamente com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, debater e elencar as prioridades da nossa cidade.

Já se passaram oito anos de luta. E quem conhece o meu trabalho sabe que realmente encaminho todas as solicitações, encaminho todos os pedidos, todas as reivindicações, através de requerimentos, solicitações, e cobro diuturnamente do governador do estado investimentos em Blumenau.

Portanto, lamento que as emendas apresentadas junto com a bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores... Defendi que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, votado recentemente por esta Casa, contemplasse os pedidos da população da

cidade de Blumenau. Mas, infelizmente, senhoras e senhores, a base do governo, que é maioria na Assembleia Legislativa, fechou os olhos, tapou os ouvidos e não quis atender às urgências da cidade de Blumenau.

Cito, por exemplo, srs. parlamentares, deputado Jailson Lima, a emenda que apresentamos para que fosse estabelecido o convênio de adequação de atenção à média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Essa emenda era destinada à secretaria de estado da Saúde e foi simplesmente ignorada. Propus também a implementação e implantação das unidades de pronto atendimento na cidade de Blumenau, as UPAs, que são os prontos socorros, porque entendo, como enfermeira, que a doença não marca dia e não marca hora. E a cidade de Blumenau tem mais de 300 mil habitantes em bairros distantes do centro, maiores do que muitos municípios do estado de Santa Catarina, a exemplo do bairro Garcia, que tem 80 mil habitantes, a exemplo do bairro da Velha que tem mais de 70 mil habitantes e da região das Itopavas, que são os bairros mais distantes da nossa cidade e que necessitavam, sim, das unidades de pronto atendimento, que são os prontos socorros 24h para atender à nossa gente. Mas o governo continuou cego e calado diante das emendas que apresentamos. Nem mesmo deu apoio aos hospitais filantrópicos e à implantação das obras contra as cheias que foram vitrine e capa de diversos jornais da nossa cidade e do nosso país. O governo fechou os olhos para as emendas que a população de Blumenau e região colocaram.

Eu, como parlamentar representante da nossa gente, fiz aqui e defendi exigindo sempre do governo do estado ações imediatas, porque não são ações somente da minha cabeça. Aqui represento um grande número de pessoas. E foi no debate na Furb, em junho deste ano, que trouxemos essas reivindicações. Mas novamente o governo não teve a sensibilidade, e isso é inacreditável. Atitude igual tiveram com a educação no pedido que fiz da manutenção das escolas de educação básica situadas na cidade de Blumenau.

Foram coerentes com essa demanda: fecharam os olhos e ouvidos para as obras viárias; obras na saúde e na educação continuaram da mesma forma. Não se preocuparam com o drama das enchentes que afetam nossas cidades todos os anos. Por que haveriam de dar atenção à educação?

A mesma falta de sensibilidade, deputado Sargento Amauri Soares, tiveram com o drama que a nossa população vive com a questão da segurança. Até hoje estamos esperando, na cidade de Blumenau, as câmeras de vigilância prometidas. Também esperam o aumento do efetivo da Polícia Militar, da Civil. E o governo vai e volta, visita a nossa cidade, promete, toma café nas nossas padarias e não traz nada para Blumenau.

Na questão da segurança a criminalidade aumentou e muito; aumentou, inclusive, a questão do tráfico de drogas que está alarmando mulheres e homens. E precisamos de uma ação imediata, porque segurança é um dever do estado, e ele não está cumprindo na cidade de Blumenau.

Senhores parlamentares e público catarinense, estou aqui, sim, para cobrar, confrontar, pois no discurso tudo é bonito, ganharam as eleições. E agora? A população quer respostas, sim. Estamos aqui, senhores e senhoras que nos acompanham, para exigir uma gestão séria que atenda realmente aos desejos da nossa população.

Nos olhos das pessoas, na Furb, no Orçamento Regionalizado, estava estampada a esperança, e não podemos frustrar a nossa gente.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares. Antes, porém, quero cumprimentar o deputado Carlos Chiodini pela brilhante coordenação de campanha na cidade de Jaraguá do Sul.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, tenho aqui uma lista de assuntos para tratar, mas antes quero me reportar ao pronunciamento da deputada Angela Albino e à manifestação pessoal agora do

deputado Gilmar Knaesel com relação ao projeto que colocou o nome do deputado Paulo Stuart Wright no trecho da rodovia na cidade de Penha e ao projeto posterior que trocou esse nome.

Tínhamos crítica, deputado Gilmar Knaesel, no ano passado, há mais de um ano, com certeza, quando na comissão de Constituição e Justiça votamos favorável ao projeto de v.exa. No entanto, todos votamos favoráveis também a todos os projetos que dão nome a avenidas, estradas, ginásios, de todos outros deputados.

Se o projeto é de minha autoria, v.exa. assina; se o projeto é de autoria de v.exa., eu assino, assim como da deputada Ana Paula Lima. Até existe a anedota por aí que o poder do deputado estadual é dar nome em estrada e fazer título de utilidade pública, de forma que nunca se vê problema nesse tipo de projeto e, inclusive, porque pela regra do jogo pode se dar nome a uma rodovia quando ela não possui nome.

Então, o projeto de v.exa. propondo o nome para um trecho de uma rodovia na cidade de Penha evidentemente que foi aprovado por unanimidade naquela comissão, e tem a minha assinatura.

No entanto, já manifestei posição contrária no ano passado, assim como falei com v.exa. também no sentido contrário, dizendo inclusive que do ponto de vista político seria muito complicado aprovar um projeto trocando o nome de um trecho de uma rodovia e principalmente tirando o nome do deputado Paulo Stuart Wright que teve o mandato cassado por este Poder na década de 60. Manifestei essa posição.

Então, a minha posição política é de conhecimento de v.exa., do conjunto dos parlamentares da Casa e do conjunto da sociedade que acompanha o dia a dia deste Parlamento ou que nos acompanha pela TV da Assembleia. Posicionamento político claro, inclusive, feito nesta tribuna em vezes anteriores.

Com relação à expressão pequeno golpe, que usei há pouco num aparte à fala da deputada Angela Albino, quero explicar que tanto v.exa. quanto o deputado hoje presidente Gelson Merisio não

colocaria em votação um projeto que sabe que é polêmico sem a possibilidade de que as partes divergentes do projeto pudessem se pronunciar.

Esse projeto foi votado aqui num dia e numa sessão que com certeza se fosse pedida a contagem de quórum não teria voto para votar, aliás, não teria voto para sustentar a sessão. Foi votado numa sessão mais ou menos igual a esta que está acontecendo agora.

Eu participei da sessão, aliás, como participo praticamente de todas, estava na hora de falar, no horário dos Partidos Políticos, portanto, antes das 16 horas. Faltava pelo menos um partido para falar e saí do plenário para conversar com uma pessoa de fora, mas quando voltei, coisa de dez minutos, talvez menos, não só os partidos já tinham terminado de falar, como já tinha sido feita a Ordem do Dia, e a sessão já estava encerrada.

Se a sessão estava encerrada, era justamente porque não havia deputados para falar. Então, numa sessão assim com certeza é muito complicado votar qualquer projeto do ponto de vista da legalidade é evidente, pois deveria estar presente para pedir contagem de voto, de quórum, e a minha autocrítica é por não ter estado presente naquele momento.

Mas quando v.exa., deputado Gilmar, diz que houve um acordo para votar... Inclusive estava-se discutindo colocar o nome do deputado Paulo Stuart Wright em outra rodovia, uma rodovia maior mais conhecida, mais circulada e que teria, portanto, havido esse acordo entre partidos, quero reiterar que não fui consultado. É evidente que sou um partido de um homem só nesta Assembleia, chamado singular, um só, e que boa parte das questões que são definidas aqui não passam por um partido que tem um deputado só, mas, sim, pelos grandes partidos. E se houve esse acordo, quero retirar a palavra pequeno golpe, porque daí foi votado mediante um acordo, embora reitero que não participei desse acordo. Eu retiro a palavra pequeno golpe, mas reitero que não participei desse acordo de votar aquele projeto,

especialmente de votar aquele projeto numa sessão esvaziada e sem debate.

Então, essa é a manifestação. Continuo considerando do ponto de vista do mérito o equívoco de trocar o nome de uma rodovia de um lutador especial como foi Paulo Stuart Wright.

Precisamos de fato homenagear esse ex-deputado e reintegrar a sua condição de deputado deste Parlamento na década de 60, porque esta Assembleia Legislativa cometeu essa barbaridade contra um dos seus legítimos integrantes à época. E aí evidentemente, a partir do momento em que essa questão ali fora, do vidro para fora, passa a ser assunto inclusive para que algum de nós seja chamado de traidor, evidentemente que vira um problema político e institucional sério. E queremos saber o que aconteceu porque eu que estou presente em todas as sessões não vi isso passar.

Então, essa é a questão. Se houve o acordo, repito, entre os maiores partidos, esse acordo de homenagear o Paulo dando o seu nome a uma rodovia maior, acho excelente, mas de qualquer forma manteria o meu voto contrário àquele projeto e quero sim considerar adequado o veto do governador Raimundo Colombo. E aí vamos debater para o futuro essa questão, bem como neste Parlamento também.

Este é o meu registro. E faço autocrítica por ter assinado lá na CCJ, considerando que inclusive a rodovia nem teria nome antes do projeto. Outra questão em que não posso entrar em minúcias, deputado Gilmar Knaesel, é que de fato quando o seu projeto entrou o outro já tinha sido aprovado uns meses antes. É possível, sim, que já houvesse alguém recolhendo documentos para ingressar com um projeto como o de sua autoria. Mas o fato concreto é que a deputada Angela Albino deu entrada a um projeto sugerindo o nome de Paulo Stuart Wright, e tínhamos aprovado meses antes. Este é o fato, mas se trata de uma discussão entre v.exa., deputado Gilmar Knaesel, e a deputada.

Quero fazer autocrítica por não ter avaliado e imaginado que num projeto que dá nome para um trecho de uma rodovia possa haver uma polêmica política, ideológica, histórica e por ter

assinado, e foi consenso na comissão de Constituição e Justiça à época. Mas repito, imediatamente sabendo do fato manifestei publicamente nesta tribuna e para v. exa. a minha discordância e a autocrítica por não ter ficado aqui, fincado o pé dentro plenário e não saído nem para ir ao banheiro, porque nessas circunstâncias mais ou menos foi aprovado. Essa é a autocrítica que faço. No mais, a nossa posição continua a mesma, prevalece a necessidade de reintegrarmos Paulo Stuart Wright como membro deste Poder Legislativo e desta Assembleia fazer a autocrítica pelo seu erro histórico passado, na década de 60 por ter cassado o mandato de um dos seus legítimos integrantes, num processo que eu diria de covardia deste Parlamento diante das imposições vindas do regime ditatorial existente à época. Uma postura covarde da Assembleia cassou o mandato de Paulo Stuart Wright, aliás, com argumentos fajutos, argumentos mais covardes do que o fato, mas o fato em si não pode se repetir na história do Parlamento catarinense.

Era o que tinha a dizer, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente e srs. deputados, quanto a esse debate sobre o ex-deputado Paulo Stuart Wright, esperamos o melhor possível, porque ele foi uma figura importante neste plenário e no estado de Santa Catarina. E temos a convicção de que não será alguns quilômetros de estrada que vai mudar o contexto da vida pública desse cidadão em nosso estado, a não ser rememorarmos o papel importante que ele teve no processo da democracia, na luta de combate à ditadura.

Eu estava ouvindo atentamente o debate e a explanação da deputada Ana Paula Lima, candidata à prefeita do nosso partido na cidade de Blumenau. E tenho observado que o que a senhora discorreu sobre a cidade de Blumenau está acontecendo, basicamente, em todo o estado, em relação ao

governo. Imagine se não fosse a nossa Dilminha repassar todo esse dinheiro e toda essa parceria de investimento no estado de Santa Catarina.

Há 15 dias houve um bate boca em Rio do Sul com o atual prefeito Milton Hobus, que até parece que é quem disputa a eleição, porque nas placas de santinho a foto maior é a dele, depois vem a do candidato a prefeito e do vice, deputado Sargento Amauri Soares. V.Exa. está rindo, mas é isso mesmo, em Rio do Sul.

Então, em Rio do Sul aparece a foto grande dele com os dois pinguins ao lado, embaixo, que é o deputado Jorge Teixeira, que foi eleito para ser deputado. E aí o atual prefeito chamou o secretário de Saúde do estado de Santa Catarina, deputada, de caloteiro. Foi para a imprensa chamando o secretário da Saúde de caloteiro, que não cumpre a palavra, porque vai fazer dez meses que o estado não repassa o recurso do hospital. Dez meses! E ele resolveu responsabilizar o secretário da Saúde.

No entanto, o atual prefeito, que é do PSD, cujo candidato é médico e é do PSD, dizia que com eles o hospital não teria problemas, que todos os problemas seriam resolvidos por eles.

Está indo para dez meses a falta de repasse.

Aqui tenho tido divergências com o secretário Dalmo Claro de Oliveira, agora, assino embaixo que ele não é caloteiro.

O estado imprimiu no atual governo uma contingência econômica na gestão. E aí cortaram diversos investimentos, e o investimento na saúde das pessoas não está sendo feito.

Ontem me procurou, em Rio do Sul, uma paciente, deputada Dirce Heiderscheidt, que desde 2008 encontra-se com prolapso uterino. Para quem não sabe o que é prolapso uterino e está nos ouvindo e assistindo, em uma senhora que teve diversos filhos há o afrouxamento dos ligamentos uterinos e o útero sai via vaginal e fica fora da vagina. Isso é uma explicação técnica.

Imaginem uma senhora desde 2008 numa condição dessas, procurando-me para conseguir o procedimento cirúrgico. Eu solicitei que ela

buscasse os documentos e os encaminhamentos do SUS. Ela marcou, e foi pedida uma avaliação cardiológica. Foi lá, fez a consulta, porém ainda não marcaram o procedimento cirúrgico. E assim existem muitos.

Pela primeira vez vou fazer a defesa do secretário da Saúde, Dalmo de Oliveira. Não morro de amores por ele, não. Acho que como secretário poderia fazer muito mais, do ponto de vista da gestão. Agora, porque o cidadão está nessa posição não pode ser chamado de caloteiro, principalmente sendo secretário da Saúde do governador que é do mesmo partido do prefeito.

Temos que ter no mínimo um pouco de boa postura na vida pública. Sabemos das dificuldades e que nem sempre dá para fazer tudo.

Tenho a convicção de que a deputada Ana Paula Lima vai fazer muito mais do que o deputado Décio Lima, porque ela trabalha muito mais - e o Décio foi um grande prefeito. Uma mulher firme, aguerrida, mas temos que deixar claro que vamos fazer os bons debates e os bons embates com o secretário da Saúde, com qualquer questão, mas não vamos cair no baixo nível de chamar o secretário de estado da Saúde de caloteiro, assim como não vou chamar nenhum deles, porque o secretário vai pagar, se o governador mandar. E a caneta quem tem é o atual governador do estado, que é Raimundo Colombo do PSD, do partido do prefeito.

Deputada Ana Paula Lima, é coisa de cadeia aquele asfalto, deputada Dirce Heiderscheidt, pois para você encontrar uma estrada de chão tão ruim quanto aquele asfalto é difícil.

No estado de Santa Catarina, um asfalto que foi inaugurado há menos de um ano tem mais buraco do que qualquer queijo suíço. Cadê a empresa sendo responsabilizada? E a gestão das boas obras? E o asfalto foi inaugurado há menos de um ano.

Ainda há pouco conversei com o deputado Ciro Roza, e ele disse que ficou envergonhado quando chegou em Mirim Doce. O que era aquilo? Não tinha fiscalização. Cadê as secretarias regionais para cuidar disso, deputado Gilmar Knaesel? Tem que fazer economia? Então, fechem as secretarias

regionais, todas, mas não deixem os hospitais sem o atendimento e sem o repasse dos recursos, como é a situação de Rio do Sul, como são os hospitais em Blumenau, deputada Ana Paula Lima, que a senhora tanto tem falado aqui nesta tribuna.

Não somos da base de apoio do governo, mas fazemos o debate da responsabilidade pública que temos com este estado, como a senhora fez aqui, agora, neste momento.

Por isso, com muita tranquilidade fiz essa defesa do secretário Dalmo de Oliveira, que não é do meu partido, é do PMDB. E tive a oportunidade de encontrá-lo num comício em Jaraguá do Sul, numa aliança do PP, PMDB e... Isso virou uma verdadeira salada de frutas, deputada Dirce Heiderscheidt. É uma esculhambação generalizada essas coligações. Tem que haver reforma política urgente. É uma sopa de letrinhas em tudo quanto é lado.

Deputada Ana Paula Lima, no meu carro, porque o PT está coligado com tudo que é partido, tenho com imã vários números. Se vou ao município do PSDB, ponho o 45 no carro, mas tenho o 13 no meu carro. Se vou para Taió, ponho o 11. Se vou para Jaraguá do Sul, ponho o 15. Então, virou uma verdadeira festa.

Esperamos que este país faça urgentemente uma reforma política naquele Congresso para acabar com essa história e termos novos caminhos.

Por isso, quero aqui mais uma vez me solidarizar com o secretário Dalmo Claro de Oliveira, pela forma ostensiva em que foi tratado em Rio do Sul e em todos os meios de comunicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, que está presidindo esta sessão. Senhoras deputadas, senhores deputados, imprensa e todos que acompanham a nossa sessão, venho à tribuna

para tentar desfazer um sentimento que foi colocado na mídia, na imprensa e, agora pela manhã, no plenário, de que aqui na Assembleia houve a tentativa de um golpe ou a tentativa de cassação de um dos deputados ilustres, um catarinense que todos nós reconhecemos a história, a luta e que temos que fazer a nossa parte para preservar a sua memória, o ex-deputado Paulo Stuart Wright.

Quero inicialmente dizer que votei favorável para que a Assembleia tentasse em parte resgatar sua história, ao denominar o nosso plenarinho com o seu nome, à época em que o presidente foi Pedro Bittencourt.

Foi uma resolução da Mesa Diretora, mas que passou pelo plenário e teve aprovação unânime, inclusive com o nosso voto e mostrando primeiramente que não se trata em momento algum de qualquer tentativa ou qualquer iniciativa que pudesse bater de frente ou tentar diminuir ou notificar a história política de Paulo Stuart Wright.

Na verdade, recebi das bases eleitorais inúmeras solicitações, deputado Dóia, inclusive para denominações de ginásios de esportes, de rodovias, enfim, para homenagearmos figuras ilustres quando se trata de uma obra local ou uma obra regional. Também no caso específico recebi uma solicitação para que fosse denominado o trecho que liga a BR-101 ao município de Penha e Piçarras, ou seja, o antigo acesso, hoje transformado num acesso secundário em nome de Francisco Leopoldo Flait que foi vereador, prefeito, uma pessoa que teve uma história política, empresarial.

Naquele momento, quando recebi a solicitação para que o processo pudesse tramitar dentro da transparência e legitimidade, pedi apoio para que as Câmaras dos dois municípios também pudessem dar apoio político, da mesma forma, se possível, os prefeitos que são na verdade os legítimos representantes eleitos nas urnas para representarem a população das duas cidades.

Esse processo demorou. Não recebi em tempo e quando estava tramitando a minha iniciativa ainda não oficial foi apresentado um projeto de lei pela eminente deputada Angela Albino, denominando de Paulo Stuart Wright esse acesso. Votei favorável naquele momento na votação final, em 15 de dezembro de 2010. E coube ao governador eleito, Raimundo Colombo, sancioná-lo ou não. E sancionou. Em seguida, nos meses de fevereiro e março, recebi aqui na Assembleia Legislativa inúmeras manifestações pessoais, por escrito, por e-mail e por cartas, solicitando que revisássemos essa questão, porque a comunidade local entendia tratar-se apenas de um acesso, com uma obra local, não de uma obra estadualizada, uma rodovia que desse visibilidade ou que fosse importante dentro do contexto político estadual, então, que fosse homenageada uma figura política local.

Começamos aqui uma discussão política. E quero trazer junto a essa discussão o deputado Volnei Morastoni que também conhece e é deputado da região e fez comigo as tratativas políticas. Até conversamos com inúmeros parlamentares que tinham interesse na matéria.

Quando a matéria tramitou na comissão de Constituição e Justiça, o relator, deputado Elizeu Mattos, recebeu a matéria, apensada a ela a manifestação do prefeito de Penha, a manifestação das duas Câmaras de Vereadores, por unanimidade, portanto, todos os partidos políticos. Enfim, foi um processo político instruído legalmente e também na forma de apoio político. E aqui fizemos o encaminhamento. A matéria ficou parada para a votação em plenário, tendo votação unânime da comissão de Constituição e Justiça.

É importante ressaltar, deputado Dóia, que na comissão de Constituição e Justiça todos os deputados votaram favorável à nossa iniciativa, assim como aqui em plenário.

A matéria não entrou na pauta em combinação com o presidente, porque precisava fazer esse arranjo político.

Qual era o nosso objetivo? Era que encontrássemos uma nova rodovia. Aí, sim,

estadualizada, que pudesse dar visibilidade ao nome do Paulo Stuart Wright. Esse era o nosso objetivo, junto com o deputado Volnei Morastoni que conduziu todos os encaminhamentos conosco.

Foi dado um de acordo que havia acordo político para a sua votação. E estávamos aguardando a possibilidade de denominar, então, sim, novamente uma rodovia estadualizada.

Para quem conhece o acesso, e muitos não conhecem, a imprensa que está falando e escrevendo sobre a matéria e recebe parte da informação, é legítimo isso, faz parte da democracia, não condeno, mas não conhece a realidade do local. São apenas três quilômetros da BR-101 até a ponte que faz divisa entre o município de Penha e Piçarras, mas que não é mais o acesso oficial das duas cidades. A deputada Ana Paula Lima conhece muito bem que o município de Piçarras tem um novo acesso ao município de Penha. Entra-se pelo acesso do Beto Carrero World, também uma obra importante, que tem a denominação de Beto Carrero, portanto, um acesso secundário de pouca visibilidade.

Quero apenas esclarecer isso, sem criar nenhuma celeuma a mais sobre a matéria.

Coube ao governador sancionar ou vetá-lo. E ele vetou a nossa iniciativa. E virá ao plenário a discussão do veto.

Volto a dizer que já votei favorável para memorizar Paulo Stuart Wright no momento em que nesta Casa houve votação importante, no plenarinho, onde acontecem nossas reuniões, no sentido de encontrarmos quem sabe uma rodovia ou uma obra pública importante no estado de Santa Catarina, pois tenho certeza de que esse é o desejo do Poder Executivo, no sentido de todos nós fazermos parte da memorização da história de Paulo Stuart Wright.

Quero mais uma vez dizer que não quis criar nenhuma celeuma, não quis dar golpe em ninguém, muito menos no Parlamento, em algum parlamentar ou querer apagar da memória a história de Paulo Stuart Wright.

Quero que fique claro que a tramitação, o processo, está na Casa para que todos possam ver

como foi constituído, a forma como teve apoio para que essa iniciativa pudesse tramitar legalmente e de forma muito transparente no Parlamento.

No dia da votação, se alguns deputados não estavam em plenário, a culpa não é minha, porque o dever de cada parlamentar é estar presente, e todos sabem o horário da votação, mas isso também não faz parte discussão, é apenas para fazer justiça à tramitação e esclarecer a todos os catarinenses que nos assistem através da nossa TVAL, através da imprensa e especialmente para que fique registrado nos anais da Assembleia Legislativa.

Quero aproveitar, já que falta ainda um minuto, o gancho político para dizer que o deputado que ocupou a tribuna recentemente falou muito da questão problemática que são as coligações.

Hoje, cada município faz o seu arranjo político da melhor forma possível, dentro das suas condições, dentro das suas brigas locais, ocorrendo essa mistura, digamos assim, de coligações. E nós mesmos, deputados, políticos, temos às vezes dificuldades de estar num palanque numa cidade e na cidade ao lado em outro palanque totalmente diferente.

Isso me faz lembrar o meu primeiro mandato de deputado estadual, em que fui convidado a dar um apoio político a um colega candidato da secretaria da Fazenda, que havia me apoiado para deputado estadual.

Cheguei ao município atrasado, mas, como sempre, já subi ao palanque e fui discursando a favor desse meu amigo, desse meu colega candidato que me tinha apoiado. E somente quando desci do palanque fui saber qual era a sua coligação. A coligação do meu partido fazia exatamente oposição à do dele, criando para mim uma questão delicada, muito ruim politicamente naquele momento. E isso deve estar acontecendo com todos nós.

Então, essa coligação não é de partidos e sim de pessoas. Por isso é necessária, sim, uma reforma política urgentemente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -
Muito obrigada, deputado Gilmar Knaesel.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a
palavra a todos os srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a
presente sessão, convoca outra, ordinária, para
hoje no horário regimental.

Está encerrada a sessão.